



Outra ecONomia aCONteCe

Boletim do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

número 3

primeira quinzena de abril de 2005

Como se inscrever/desinscrever

Para se inscrever e passar a receber o boletim duas vezes por mês, basta escrever uma mensagem de correio eletrônico para boletim-request@fbes.org.br colocando como assunto a palavra SUBSCRIBE.

Para se desinscrever e com isso parar de receber este boletim, escreva uma mensagem de correio eletrônico para boletim-request@fbes.org.br colocando como assunto a palavra UNSUBSCRIBE.

Nos dois casos, é fundamental que você envie a mensagem a partir do correio eletrônico que quer inscrever ou desinscrever. Para sanar dúvidas, escreva para maladireta@fbes.org.br.

Apresentação

Cá estamos nós com o terceiro boletim do FBES, viv@s e fortes!

Esta edição também vem bem recheada de notícias, eventos e reflexões. Pouco a pouco vão surgindo alguns textos escritos especialmente para o boletim, mas estes ainda são muito raros. A grande maioria das fontes é extraída de várias listas e boletins que de alguma maneira dialogam com o movimento de Economia Solidária. Como dissemos no último número, será interessante se os Fóruns Estaduais e

entidades/empreendimentos envolvidos com o Fórum passem a partilhar o que têm feito por aí, pois assim será possível que este boletim sirva para que tenhamos uma noção mais capilarizada do que acontece no seio do movimento de economia solidária.

Contribuições, notícias e sugestões podem ser enviadas para maladireta@fbes.org.br. Fique à vontade para distribuir livremente o boletim para as listas, grupos e organizações das quais faça parte.

Boa leitura, e até o final de abril!

Agenda do FBES

▶ Encontro dos representantes de empreendimentos da Coordenação Nacional do FBES

Data: 21 de abril

Local: Brasília/DF

▶ Encontro dos representantes de entidades de assessoria da Coordenação Nacional do FBES

Data: 21 de abril

Local: Brasília/DF

▶ Reunião da Coordenação Nacional do FBES

Data: 22 a 24 de abril

Local: Brasília/DF

Pauta: Informes específicos dos encontros dos empreendimentos e das assessorias do dia anterior; Informes específicos da Comissão de Acompanhamento e da secretaria executiva; Informes de todos os GT's que se reuniram e da legislação sobre centros de documentação (estarão num boletim especial para não tomar tempo da pauta); Apresentação do Plano de Ação da SENAES para 2005; Deliberação sobre composição e natureza do Conselho Nacional de Economia Solidária a ser implantado em julho; Definição de estratégias para a realização da Conferência Nacional de Economia Solidária no início de 2006 a partir de Conferências Estaduais de ES; Finalização da avaliação do FSM 2005; Avaliação e

definição das atribuições dos GT's; Pautas específicas do GT de Comunicação (Campanha Nacional, deliberação da Logomarca da ES; e escolha de iniciativas de ES nas 5 regiões); Pautas específicas do GT de Produção, Comercialização e Consumo (centrais de comercialização, feiras, composição do GT); Pautas específicas do GT de Relações Internacionais (Mapa de relações internacionais, feira de Santa Maria, Dakar2005/Venezuela2006); Pautas específicas do GT de Políticas Públicas (termo de referência dos centros públicos); Discussão e aprofundamento em finanças solidárias: estratégias de consolidação e implantação do Programa Nacional de Economia Solidária a partir da conjuntura atual; Regimento Interno.

▶ Reunião do GT de Comunicação da Economia Solidária

Data: 10 e 11 de maio

Local: Brasília/DF

▶ Reunião do GT de Políticas Públicas da Economia Solidária

Data: 18 e 19 de maio

Local: Brasília/DF

▶ Reunião do GT de Produção, Comercialização e Consumo da ES

Data: 6 e 7 de junho

Local: Brasília/DF

Agenda mais ampla

▶ Curso Consumo Responsável e Sociedade Contemporânea

Realização: [Instituto Kairós](#) [(11) 3214-3603]

O curso se desenvolverá em 30 horas de muita informação, reflexão e prática sobre as potencialidades do tema "Consumo Responsável", quer na vida de cada um de nós, quer na sua interação com a Economia Solidária, o Comércio Justo, os movimento de defesa dos direitos do consumidor e ambientalista, quer ainda, na proposta maior de construção de um outro mundo possível!!

Quando (a escolher): Aos sábados: 31/04, 07, 14 e 21/05 (09hs00 às 18hs00) ou às segundas feiras: de 09/05 à 11/07 (19hs30 às 22hs30).

Onde: Av. Paulista, 2.518. conj. 12 (próximo à estação consolação do metrô)

Investimento: R\$ 180,00 em duas parcelas (a primeira na confirmação de inscrição e a segunda durante o curso)

Corpo docente: Ana Flavia Badue, Cecília Lotufo, Fabíola Zerbini, Renata Pistelli e convidados.

Mais informações: [Instituto Kairós](#) [(11) 3214-3603]

▶ Semana de Ação Mundial sobre o Comércio

Fonte: Josi (www.pacs.org.br)

Você concorda que os governos dos países pobres deveriam ter o direito de escolher as políticas comerciais que eles consideram melhores para a luta contra a pobreza? Que eles precisariam ter a liberdade de apoiar e proteger seus empreendimentos, produtores e comerciantes desprotegidos da forma que mais conviesse? Então, junte-se a nós e participe da Semana de Ação Mundial sobre o Comércio. De 10 a 16 de abril organizações, redes e movimentos realizarão ações coordenadas para questionar o mito do livre comércio e apresentar alternativas.

Em todo o mundo, estão programadas atividades variadas. Aqui no Rio de Janeiro, nós, do PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul,

estamos engajados no evento através da Rede Jubileu Sul e Campanha Contra a Alca. No dia 13 de abril, quarta-feira, das 10 às 19 horas, o PACS estará na Cinelândia, distribuindo material informativo, promovendo aulas-relâmpagos, conversando com a população e convidando a participar da grande marcha que acontece no dia 15, sexta-feira. A marcha tem concentração na Candelária, a partir das 14 horas, com chegada na Cinelândia, às 17 horas. Queremos convidar você para participar conosco dessa mobilização, dividindo o espaço e distribuindo também seu material.

Para saber mais: www.pacs.org.br

▶ Palestra "Entre escravos e anjos: condições e significados da infância em um assentamento rural fluminense"

Fonte: Miriam Langenbach (miriaml@radnet.com.br)

Elizabeth Linhares, antropóloga e integrante da equipe da Rede Ecológica, apresentará uma síntese da sua tese de doutorado defendida em 2004, a respeito da infância em meio rural fluminense.

Data: Dia 16 de abril (sábado), às 11:00 **Local:** Escola Ogá Mitá - Rua Conde de Bonfim, 610 - Tijuca/RJ

▶ Feira de Trocas (Flor & Ser) e oficina de forno solar

Fonte: Esteban Cipriano (ciprianoesteban@yahoo.com.br)

Data: 17 de abril, de 15:30 às 20:30 **Local:** Rua Áurea, 88 em frente a praça - Santa Teresa/RJ

▶ Semana de formação sobre EPS - Osasco/SP

Fonte: Cáritas Diocesana de Osasco (caritas.osasco@itelefonica.com.br)

A Cáritas Diocesana de Osasco está promovendo uma semana de formação em Economia Solidária, 25 à 29 de abril das 14h00 às 18h00.

▶ "O que é um encontro de Trocas Solidárias"

Data : 19 de Abril de 2005

Local: UFSC - Florianópolis/SC

Inscrições: [redeipema@yahoo.com.br](mailto:redaipema@yahoo.com.br) ou <http://www.ecosust.org.br/cursos/planecovilas.html>

▶ II Seminário Estadual e Feira de Economia Solidária de Rondônia

Fonte: Oniel Prado - Setor de Projetos Comunitários da UNIRON (projsocial@uniron.edu.br)

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNIRON - Faculdade Interamericana de Porto Velho em sua reunião deliberativa ocorrida no dia 12/04/05 aprovou a realização do II Seminário Estadual e Feira de Economia Solidária de Rondônia, conforme indicação e projeto encaminhado por este Setor de Projetos Comunitários. A data foi estabelecida para 26, 27 e 28 de maio de 2005, com o chamamento dos alunos para participarem do Seminário como atividade acadêmica, principalmente no dia 27/05 (dia letivo).

▶ Curso sobre moedas complementares pela internet

Fonte: Miguel Yasuyuki Hirota (mig@lime.plala.or.jp) - tradução livre para o português: Daniel Tygel

Tom Greco, autor do livro "Dinheiro: entendendo e criando alternativas ao mercado oficial" e um dos maiores pesquisadores sobre moedas complementares do mundo, dará um curso via Internet em junho deste ano (em inglês).

Mais informações: http://ccit.wji.com/tiki-read_article.php?articleId=54

Notícias

▶ I Reunião do Comitê de Implantação do CESAM

Fonte: João Claudio Arroyo (arroyo@click21.com.br)

Realizamos nesta segunda dia 28/03/2005, a primeira reunião do Comitê de Implantação do Centro de referência em Economia Solidária da Amazônia. Fomos acolhidos no Sebrae por sua superintendente Dra Oslecy e contamos com a participação de Haroldo Mendonça que representou o Prof Paul Singer da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Também do MTE esteve o delegado do trabalho no Pará, Dr Jorge Farias, e do BASA Dr Afonso Viana.

A reunião teve altíssima representatividade com a participação ativa de representantes de entidades como FASE, POEMA, UNITRABALHO, Incubadora de Cooperativas da UFPa, Cesupa, Unama, Ag. de Desenvolvimento Solidário da CUT(ADS), Associação Comercial(ACP), Cáritas Norte 2, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Fórum de Empreendedores Populares, Cooperativas e Assembléia legislativa do Pará/Dep. João de Deus.

A reunião foi muito objetiva, estabelecendo

quatro encaminhamentos principais:

1) O prazo para a implantação será agosto de 2005

2) Foi constituído um GT para propor estatuto e regimento interno do CESAM, composto por ADS, UNITRABALHO e CESUPA

3) Até abril deveremos consolidar o Projeto/Termo de Referência do CESAM, para isso estamos enviando anexo a proposta de minuta até aqui em discussão.

4) Cada instituição parceira do CESAM deverá manifestar sua adesão expressamente colocando os termos de sua participação no Centro.

Até 15 de abril, aguardaremos as sugestões ao projeto do centro. Em seguida, faremos uma sistematização sem eliminar nenhuma proposição e a apresentaremos novamente ao Comitê até o dia 20 de abril para marcarmos a próxima reunião do Comitê de Implantação do CESAM.

▶ Boletim mensal da Rede Ecológica - Campo e cidade se dão as mãos

Fonte: Miriam Langenbach e Maira Teles (redeecologica@yahoo.com.br)

Neste boletim, temos uma proposta de avaliar melhor o que, quanto e com quem compramos nossos produtos cotidianos através de um questionário a ser preenchido e devolvido. Abordaremos também o "Slow

Food", movimento que valoriza o prazer em se alimentar bem.

Para obter o boletim completo, escreva para redeecologica@yahoo.com.br

▶ Saúde Mental e Economia Solidária

Fonte: Rita Martins (rita.martins@saude.gov.br)

A Coordenação Geral de Saúde Mental do Ministério da Saúde tem desenvolvido uma série de

ações para a inserção social de pessoas com transtornos mentais. Uma destas ações é a parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Como primeiro fruto desta parceria, em novembro de 2004, organizamos a primeira Oficina de Geração de Renda e Trabalho de Usuários de Serviços de Saúde Mental, que teve a participação de pessoas dos movimentos da Reforma Psiquiátrica e da Economia Solidária. O FBES foi representado por Oscarina Camilo.

Como deliberação deste encontro foi publicada a portaria interministerial (MS/MTE), de 07 de março

deste ano, que constitui o Grupo de Trabalho Saúde Mental e Economia Solidária. Este GT tem por objetivo construir o plano de apoio e fomento às experiências de Geração de Renda e Trabalho de pessoas com transtornos mentais.

Para saber mais sobre o Projeto de Geração de Renda e Trabalho em Saúde Mental, entrar em contato com Rita Martins pelos telefones: (61) 315-2313/2655, ou pelo endereço eletrônico: rita.martins@saude.gov.br. Contamos com o apoio e a participação de vocês!

► Informe da Equipe Gestora Estadual de Mapeamento de ES do RJ

Fonte: Marcos Albuquerque

Dando continuidade à organização da 2ª fase do mapeamento dos empreendimentos de economia solidários do estado, vimos informar os encaminhamentos tirados, a partir das duas últimas reuniões da EGE.

Divisão regional do estado

Visando facilitar o processo do mapeamento, a EGE está avaliando a melhor divisão do estado (provavelmente em 6 regiões).

Contratação temporária de pessoal

Para o melhor desenvolvimento do plano de trabalho o IBASE, instituição responsável pela realização da 2ª fase, estará contratando temporariamente - a partir do recebimento dos recursos - pessoal para 4 funções específicas, são elas: 1 coordenador/a, 6 supervisores/as regionais, 12 entrevistadores/as e 2 digitadores/as. Cabe à EGE a definição dos critérios para orientar o IBASE na seleção das pessoas para as funções. No caso da função da coordenação técnica, o IBASE precisou, em razão já dos preparativos para o mapeamento, antecipar a escolha. O IBASE teve, de comum acordo com a EGE, toda autonomia para escolher um nome para a função. A pessoa selecionada foi Eugênia Motta.

Critérios de contratação (para as funções de supervisão, entrevistador/a e digitação)

- A) Apresentação de currículo;
- B) Apresentação de um texto, entre 10 e 20 linhas, manuscrito ou digitado, justificando a pretensão para a função (supervisor/a ou entrevistador/a ou digitador/a);

C) Ensino médio completo (ensino superior, preferencialmente);

D) Experiência em atividades de diagnóstico ou levantamento de dados;

E) Conhecimento ou experiência de atuação em economia solidária;

F) Preferencialmente pessoa residente ou com atuação na região onde atuará como entrevistador/a ou como supervisor/a*;

G) Disposição para participar de atividades de formação/capacitação, e

H) Disponibilidade para deslocamentos*.

Prazos

Entrega de currículos e texto: até 02 de maio de 2005, no IBASE, av. Rio Branco, 124 - 8º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ - Cep 20148-900, A/C. João Roberto (ou p/ joao@ibase.br).

Seleção de currículos: até 15 de maio de 2005, o IBASE entrará em contato com os selecionados, para realização das entrevistas.

Mapeamento: 6 meses (a contar da data do recebimento dos recursos da Fundação Banco do Brasil), sendo 1 mês de preparação, incluindo aqui a contratação e o treinamento da equipe, 4 meses p/aplicação dos questionários e 1 mês p/fechamento e devolução dos resultados.

Meta: 1200 empreendimentos entrevistados.

Próxima reunião da EGE

Dia 14 de abril, às 14h, na rua Figueira de Melo, 413 - Térreo - São Cristóvão.

(*) Não se aplica ao caso da função digitação.

► No Paraná artesãs se unem para produzir de forma solidária

Fonte: Núcleo de Pesquisas da Radiobras (www.radiobras.gov.br)

Produção de duas mil peças entre bolsas, almofadas, suporte para telefone, chinelos e outros itens que deverão render um faturamento anual de cem mil reais a ser dividido entre as oitenta artesãs de três municípios do noroeste paranaense: Campina da Lagoa, Cidade Gaúcha e Goio-erê, que trabalhavam de maneira isolada e agora estão se unindo em um projeto de economia solidária.

O ponto de partida do projeto é aproveitar matérias-primas locais para o desenvolvimento da linha de produtos: Campina da Lagoa entra com o

bambu; Cidade Gaúcha com os corantes naturais e Goio-erê com os fios de algodão. A união desses três ingredientes em um sistema de produção consorciado aproveitara habilidades individuais para desenvolver uma linha de produtos coletivos. O resultado da venda será dividido, de acordo com uma planilha de custo pré-estabelecida e aprovada pelo consenso das partes envolvidas.

Segundo a artesã Cleide Ferreira Mattos, da Associação dos Artesãos de Cidade Gaúcha (Arteciga), "a princípio vamos colocar nossos produtos no

comércio local, depois no regional e com uma boa dose de esperança, esperamos até exportar". Um dos pilares de sustentação do projeto é atuar no cenário da economia solidária. Nas três cidades, o artesanato era uma atividade marginal até então desenvolvida de forma isolada. "Com a iniciativa, o trabalho coletivo é valorizado, é o fio de esperança para a conquista de respeito, do resgate da auto-estima - cada grupo vai dar o melhor de si, para transformar, o que ainda é um sonho, em realidade", destaca Natie Uessugue Mannari, de Goioerê.

Em Campina da Lagoa, município que sobrevive exclusivamente da agricultura, o projeto é considerado a redenção da atividade econômica. Sem opções de emprego, comércio limitado, indústria inexistente, o artesanato é uma atividade exercida, na maioria das vezes, por mulheres, donas-de-casa ou aposentadas, se constituindo numa das poucas opções que restam para reforçar o orçamento familiar. "Depositamos todas as fichas no projeto. Embora muito mais complicado do que esperávamos, temos fé, cremos no sucesso dele e de todas nós", resume a artesã Maria Aparecida da Silva do grupo de artesãs de Campina da Lagoa, a Lagoarte.

Outra proposta é conciliar atividades. Independente do trabalho consorciado, integrado e organizado, cada grupo é incentivado a dedicar parte do tempo na produção de artigos próprios. "É uma fonte de renda alternativa. Até estabelecermos os canais de distribuição dos itens consorciados", explica Maria de Fátima Rodrigues de Mattos, de Cidade Gaúcha.

Laurinda Marcelina de Souza, da ARTEGOIO de Goio-erê, afirma que "o aprendizado proporcionado pela fase atual do projeto tem sido gratificante". As experiências de pessoas residentes em cidades distantes, com realidades distintas, contribuem para

fortalecer o relacionamento e sedimentar as bases de uma convivência harmoniosa, pessoal e profissionalmente. Para ela "É uma mudança radical, profunda na visão do que é o artesanato, do que é produzir em conjunto, do que é ter sucesso coletivo".

"O otimismo e a dedicação das artesãs é alimentado por entidades e instituições que dão apoio ao projeto. "O Sebrae/PR, as prefeituras e outros parceiros fornecem o combustível para manter acesa a chama da esperança" afirma Elvio Saito, coordenador do programa de incentivo ao artesanato do SEBRAE que, além do suporte técnico, oferece cursos, palestras, visitas a feiras e eventos voltados para o desenvolvimento das pessoas envolvidas com a iniciativa.

No Brasil o artesanato reúne 8,5 milhões de pessoas que conseguem obter uma renda mensal que varia de dois a três salários mínimos em média. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a atividade é responsável por 2,8% da riqueza nacional (Produto Interno Bruto), com um faturamento de U\$ 15 bilhões ao ano. Enquanto que um emprego na indústria automobilística requer um investimento inicial de R\$170 mil no artesanato um emprego é gerado com um investimento de apenas R\$50,00. No Paraná são 25 mil artesãos reunidos em 300 associações ou cooperativas de produção. O setor utiliza na maioria das categorias matéria-prima natural e emprega geralmente mulheres e adolescentes, estimula o associativismo e contribui para a fixação do artesão em seu local de origem.

Endereços para contatos: Cleide Mattos - Cidade Gaúcha - (44) 675 1182 ARTECIGA Natie - Goio Ere (44) 522 4807 ARTEGOIO Laurinda - Goio Ere (44) 522 6019 ARTEGOIO e Olinda / Vanderci - Campina da Lagoa (44) 542 1406 LAGOARTE.

► **Relato sobre o I Planejamento do Instituto FACES do Brasil**

Autora: Rosemary Gomes (rgomes@fase.org.br)

Particpei do I Planejamento do Instituto FACES do Brasil. Agora, depois de 4 anos de seminários, audiências públicas e encontros regionais, chegamos a um momento de definição sobre a diferenças entre uma ferramenta operacional (Ong FACES), acompanhamento de projetos pilotos e testagem de modelos; e construção coletiva de um sistema nacional de comércio ético e solidário. Separamos o que será responsabilidade de um grupo de entidades de assessoria, federações de trabalhadores, certificadoras e o papel de animar um Fórum de Comércio Ético e Solidário.

Entedemos que a nova ong FACES será apenas um dos elos de construção de um Sistema Nacional e apresentará através de seus pilotos a possibilidade de checarmos alternativas, debater uma metodologia de processos, sistematizar as experiências em redes locais que já funcionam apontando as fortalezas e fraquezas e como superá-las.

Nosso coletivo reunido em RECIFE consensuou no sentido da construção de um sistema nacional de comércio alternativo (cujo foco central é o mercado interno, as relações sul-sul, sem dizer com isso que o

mercado externo não será levado em consideração, apenas não será o central de atenção). As entidades presentes consolidaram um conselho político em que farão parte entidades e redes representativas dos setores produtivos (trabalhadores). Convidadas até agora estão : UNISOL, FBES, RBSES, UNICAF, REDE ECOVIDA, ANA.

Esse conselho político definirá e acompanhará o processo saído do planejamento dessa Ong (vide planejamento de 2005 em breve no site FACES). Dentre essas atividades está o de animar um Fórum Nacional de Comércio Ético e Solidário. A partir de agora, dentro do instituto, entre outras tarefas eu terei a responsabilidade de formar uma lista própria aberta e animada por moderador(r@s) temático(s). Minha idéia para iniciar seria convidar pessoas de diversos segmentos e movimentos, de muitas outras Redes como ITCPs, Unitrabalho, Anteaq, ADS-CUT. Sempre aquelas pessoas que dentro da sua estrutura estejam diretamente ligadas ao tema da produção, comercialização e consumo responsável para, numa participação inicial, levantar uma questão e durante um certo período animarem debates sobre questões

específicas relacionadas à construção de um novo sistema de comercialização).

O formato, a animação e outros detalhes operacionais serão discutidos e negociados nesse coletivo, o papel da ONG será garantir recursos para esse funcionamento e encontros presenciais e ou nacionais desse Fórum (lugar de encontro de iguais e diferentes) que tenham em comum a vontade de avançar na construção do sistema nacional CES (Comércio Ético e Solidário). Incluiria também temas polêmicos e/ou pouco debatidos como responsabilidade social de empresas, modelos de certificação, acreditação, balanço social de cooperativas. Estes temas terão espaços garantidos, desde que acha interessados e animados em debatê-los.

Eu, enquanto participante da RBSES, FBES e agora também do Comitê de Gestão do Instituto FACES do Brasil, acredito que foi um momento muito importante por duas razões:

1) esclarecer entre esse coletivo, antes conhecido como FACES do BRASIL, uma série de imprecisões conceituais entre Economia Solidária, Comércio Justo e Comércio Ético e Solidário: apontar diferenças de interesses e de prioridades, mas acima de tudo repactuar o mínimo que nos unifica hoje numa estrutura operativa, porém limitada e que somente terá governabilidade sobre aquilo que planeja e sob a responsabilidade desses participantes.

2) reconhecer nossa limitação enquanto coletivo reduzido a algumas organizações de apoio, ampliar as bases de representação do Instituto e acima de tudo nos reservar o papel de meros animadores de processo que deve estar cada vez mais aberto à participação através de um Fórum Temático e garantindo suas formas operacionais de comunicação com aqueles estão na internet e com os que não estão, mas que são os principais interessados no novo modelo de sistema de comercialização.

Para isso aceitei o desafio de buscar outras redes e movimentos sociais e dialogar a possibilidades de construirmos juntos um Fórum comum de debates. Penso no MST/Via campesina Brasil (comércio e soberania alimentar); redes e movimentos agroecológicos (modelo de produção e comercialização em redes locais), redes e processos organizados por cadeias produtivas (mercados locais e desenvolvimento regional), GT de estruturas e redes como RBSES, FBES e SENAES (produção, comercialização e consumo).

Com as autonomias dos processos de cada Rede, Fórum, GT, organização, cooperativa, sindicato estando garantidas e respeitadas, teremos num Fórum Nacional de CES um lugar de encontro e de cooperação, onde cada organização poderá encontrar nos demais apoio, checagem, compartilhamento etc. num dos temas em que a Economia Solidária e diversos movimentos sociais pautam como prioritário.

► Painel Economia Social e Economia Solidária no 1º. Congresso Estadual das Cooperativas - RJ

Autor: Marcos Arruda (marruda@pacs.org.br), 29/3/05

O Convite

O convite para o PACS e FCP participarem deste painel veio do atual presidente da OCB-RJ (novo nome da OCERJ, transformada em sindicato de cooperativas), Francisco de Assis França. Lembremos que ele participou de reuniões do FCP quando era presidente da Fetralho-RJ. Jacqueline Calçado, vice-presidente, explicou que a OCB tem discutido a Economia Social e a Economia Solidária, procurando entender suas propostas, suas convergências e divergências e buscando situar-se nesta nova conjuntura. O PACS aceitou o convite por estar convencido de que a Economia Solidária pode ampliar seu alcance com maior vigor junto às bases do movimento cooperativo do que junto a qualquer outro setor da sociedade. Este diálogo serve para identificar forças, debilidades e contradições de ambos os lados, gerar convergências e reforçar o projeto de uma sociedade cooperativa e solidária. Participaram cerca de 60 pessoas.

As Apresentações

Marcos Arruda usou uma projeção de datashow para ilustrar sua apresentação: "Socioeconomia Solidária: Ter, Ser e Fazer". A projeção está disponível no portal www.pacs.org.br/documentacao.htm. Sua fala visou: i/ mostrar o compromisso da Economia Solidária com a coerência entre a proposta e a prática; ii/ insistir na pluralidade e no respeito à diversidade de experiências e caminhos, mostrando os fundamentos

comuns que unem os protagonistas da ES; iii/ questionar práticas que se afastam dos princípios cooperativos, como a unicidade advogada pela OCB (citou o modelo aberto da Itália), as falsas cooperativas de grandes proprietários de terras que se unem apenas para comercializar os produtos, funcionando de resto como empresas capitalistas; e as cooperativas, promovidas por empresas que precarizam o trabalho para aumentar seus lucros escapando dos encargos sociais; iv/ mostrar que a Economia Solidária vai muito além das práticas locais e microeconômicas do cooperativismo, visando a emancipação do trabalho, o autodesenvolvimento e a construção de uma sociedade centrada na justiça e harmonia entre os seres humanos e entre estes e a natureza; v/ focalizar os direitos econômicos de todo trabalhador - sobretudo à propriedade e à gestão dos bens produtivos e ao acesso aos recursos comuns; vi/ insistir na idéia de que "uma cooperativa só não faz verão": a construção de cadeias produtivas solidárias, de redes de colaboração solidária e, por essas vias, de um mercado solidário é estratégia essencial à Economia Solidária; vii/ ilustrar esta idéia com exemplos de práticas em diferentes países; viii/ insistir na noção de que a confiança e a vivência dos valores da cooperação e da solidariedade são essenciais para realizar o bem viver e a felicidade humana; e que isto envolve uma transformação interior de cada pessoa, tanto quanto as transformações institucionais e relacionais; daí a importância da educação

permanente para os valores da solidariedade, a fim de promover o empoderamento dos atores sociais como sujeitos do desenvolvimento próprio, do empreendimento e da sociedade; ix/ que os temas macro - modelo de desenvolvimento, globalização, transnacionais, tratados de livre comércio, dívidas financeiras, gestão do Orçamento público etc. têm um impacto importante na vida de toda a sociedade - a Economia Solidária tem que participar das campanhas e redes que atuam nestes campos; e x/ uma estratégia de transição da economia do capital para a economia solidária inclui a transformação do Estado e das entidades de governança e exige clareza e coragem para fazer as boas alianças e adotar os meios adequados aos fins maiores.

Sigismundo Bialoskorski, da FEA-USP de Ribeirão Preto, polemizou vários pontos da apresentação de Marcos. Defendeu a livre associação, mas também a unicidade, dizendo que há críticas ao modelo aberto da Itália, apto ao aparelhamento por partidos políticos. Defendeu com vigor a "neutralidade política" do cooperativismo. Disse que o sistema brasileiro é muito elogiado no contexto da Aliança Cooperativa Internacional. Também disse que o cooperativismo organizado do Brasil abrange movimentos sociais, como as cooperativas da CONCRAB/MST. Disse que o cooperativismo também advoga a transformação da sociedade, que já estava presente no projeto dos Pioneiros de Rochdale. Mostrou que o cooperativismo mudou com a Guerra Fria, que espalhou o medo do socialismo e da revolução. Falou no cooperativismo como o meio que os trabalhadores encontraram para suprir as falhas e omissões do Estado. Definiu ONGs como aquelas que servem à sociedade operando em funções típicas do Estado que se omite: elas constituem o Terceiro Setor (social). Definiu Economia Social como o conjunto de iniciativas que não visam lucro, podem ter fins econômicos e de desenvolvimento; que se preocupam com a eficiência econômica e social das suas atividades. Falou da "flexibilização" da estrutura do capital das cooperativas na União Européia; lá as cooperativas estão mais próximas do mercado financeiro. Criticou o engessamento do cooperativismo pela Lei 5764/71, mas elogiou o fato de ele estar afastado da especulação financeira e constituir no Brasil parte do Segundo Setor (privado). Falou dos conflitos que existem entre o foco social e o econômico, a capitalização necessária e o sistema de direito igual de voto, a percepção econômica e a cota-parte sem

avaliação. Mostrou que as cooperativas rurais pequenas e médias em SP apresentam melhores resultados econômicos que as pequenas e médias empresas. E defendeu a retirada de todo adjetivo ligado ao cooperativismo (como "popular"), dizendo que ele é um só: social, popular e com objetivo de mercado. Insiste que supor que há um cooperativismo impopular é dividir o movimento cooperativo. Ao falar da Economia Solidária, inclui "o voluntariado" e "a substituição da moeda oficial por moedas sociais". Convida os atores da ES a participar das organizações cooperativas, com o objetivo de mudá-las ou de melhorá-las.

O Debate

1/ O social sem o capital é utopia. A cooperativa tem que dar resultados positivos e distribuir bem as sobras. 2/ Importância de conscientizar os gestores públicos. 3/ Cooperativas de educação emergentes encontram dificuldades e precisam esclarecer seus caminhos. 3/ Djalma, da OCB-RJ: a OCB já definiu em encontro nacional que o cooperativismo é Economia Social. Este congresso pretende apresentar propostas para aprofundar este vínculo. E abrir caminho para que a OCB e a Economia Solidária venham a se encontrar. 4/ Jacqueline, da OCB-RJ: o cooperativismo está tentando ser Economia Social, mas há um longo caminho para isto. O objetivo é outra economia, outra sociedade e outro ser humano. Nossas convergências incluem a autogestão, a educação cooperativa a intercooperação. 5/ Partir do social para o econômico e não o contrário. Por isso, a educação é essencial. 6/ Convertamos uma escola privada de Petrópolis em cooperativa. Seremos cooperativistas é sermos seres cooperantes. Precisamos potencializar os recursos do Sescop para a atividade educativa e organizativa.

As Propostas

Definição: "Para o sistema OCB a Economia Social é integrada por organizações voltadas para as pessoas, fundadas também no conjunto de princípios e valores do cooperativismo, para a satisfação de seus associados e o bem estar da comunidade. Promove equilíbrio tanto entre eficiência econômica e eficiência social quanto entre independência individual e interdependência coletiva e gera desenvolvimento e equitativa distribuição de renda."

O grupo listou diversas propostas para encaminhamento na Plenária do Congresso.

► Próximo Fórum Social Mundial (2006)

Fonte: *Boletim do Fórum Social Mundial*

O Conselho Internacional do FSM (CI) se reuniu na cidade de Utrecht, na Holanda, entre os dias 31 de março e 2 de abril de 2005. Durante o encontro, foi feita avaliação do V FSM, realizado em Porto Alegre, entre os dias 26 a 31 de janeiro deste ano. Além disso, o CI discutiu os rumos do processo FSM e, especificamente, o FSM 2006, que será realizado de forma descentralizada, em diferentes lugares do mundo. O FSM será policêntrico, ou seja, terá múltiplos centros.

A reunião foi precedida de um seminário conjunto

das comissões de Expansão, Metodologia, Temática e Conteúdo, Comunicação e Recursos, entre os dias 28 e 30 de março.

FSM 2006 - policêntrico: capítulo América Latina será na Venezuela

O Conselho Internacional confirmou a realização do VI FSM, capítulo América Latina, em Caracas, na Venezuela, nas mesmas datas do Fórum Econômico Mundial de Davos (Suíça), no final de janeiro de 2006. O Conselho Hemisférico Américas se reunirá nos dias

25 e 26 de abril, em Havana, Cuba, para discutir o início do processo de construção do VI FSM e do II Fórum Social Américas.

Há ainda mais duas propostas de sedes para o FSM 2006 - policêntrico: uma na África e outra na Ásia. As definições de locais e datas exatos ocorrerão em reuniões regionais a serem realizadas entre abril e maio deste ano.

No processo FSM também estão previstos os

seguintes eventos:

- Fórum Social Mediterrâneo, em Barcelona, na Espanha, de 16 a 19 de junho de 2005.

- Fórum Social Caribe, em Martinica, novembro de 2005.

- Fórum Social Asiático, no Paquistão, em novembro de 2005.

- Fórum Social Europeu, em Atenas, na Grécia, em abril de 2006.

► Encontro do Conselho Hemisférico Américas acontece em Havana

Fonte: Boletim do Fórum Social Mundial

O Conselho Hemisférico Américas se reunirá nos dias 25 e 26 de abril, em Havana, Cuba. Entre os pontos de pauta do encontro estão o balanço do I Fórum Social Américas (ocorrido em Quito, Equador, entre 25 e 30 de julho de 2004) e o início do processo de construção do VI Fórum Social Mundial - Policêntrico, sede Américas e do II Fórum Social Américas, com previsão para ocorrer em janeiro de 2006, na cidade de Caracas, na Venezuela.

Organizações e redes integrantes do Conselho

Hemisférico poderão participar da reunião. Outras organizações interessadas em participar do encontro como observadoras deverão escrever para consejo@forosocialamericas.org. A reunião terá tradução simultânea em castelhano, inglês e francês.

O último encontro do Conselho Hemisférico ocorreu em Porto Alegre, nos dias 24 e 25 de janeiro deste ano.

Mais informações sobre o Conselho Hemisférico: consejo@forosocialamericas.org

► Uma escola a serviço do desenvolvimento solidário

Fonte: RITS (www.rits.org.br) - 03 de abril de 2005

Autora: Mariana Hansen

Criada em 2003, a Escola Livre de Desenvolvimento Solidário de Olinda (PE) é uma iniciativa do Programa Gestão Pública e Cidadania, da FGV-SP, com o apoio de várias organizações, entre elas o Centro de Cultura Luiz Freire e a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (Apaeb). Desde 1998, o programa vem produzindo conhecimento através da realização de seminários temáticos, com análises, linguagens e aprendizagens múltiplas. Para a coordenadora geral do projeto, Ilka Camarotti, "é uma árdua tarefa deslocar o debate sobre pobreza e desenvolvimento solidário para a região Nordeste, como também capacitar a população empobrecida, valorizar seus saberes e fazeres populares". O resultado desse trabalho contínuo de identificar, selecionar, analisar, disseminar, partilhar, empoderar, influenciar e transformar levou à criação da Escola. O projeto tem por objetivo promover a interação entre as diferentes atividades de reflexão e formação já existentes em universidades, organizações não-governamentais, sindicatos, igrejas, setor empresarial e organizações indígenas.

Concebida para ser um centro de referência e intercâmbio para a análise de experiências e práticas inovadoras de desenvolvimento local solidário, a Escola contribui para viabilizar iniciativas transformadoras. Segundo Ilka, "ao consolidar uma cultura de encontros e diálogos entre as pessoas e instituições diferenciadas, com vivências e conhecimentos igualmente distintos, buscou-se não apenas reconhecer e fortalecer o protagonismo dos atores locais e de suas práticas, mas também diversificar a escala de atuação e interiorização da academia". A Escola também pretende estimular o desenvolvimento de competências e habilidades, servindo de base para a formação de capacitadores e gestores de programas e projetos.

Para marcar o início de suas atividades foram realizados dois fóruns de discussão em 2004, um deles com o tema "Repensar o desenvolvimento local: trajetórias e possibilidades". Também foram promovidas oficinas temáticas e sessões de comunicação durante a 3ª Expo Brasil de Desenvolvimento Local, que ocorreu em Olinda (PE). Em janeiro deste ano, foi realizado um seminário internacional, "Os caminhos da descentralização na América Latina - pobreza, políticas sociais e participação". O evento foi uma iniciativa conjunta da Escola, do Observatório Latino-americano de Inovação Pública Local e do Centro de Política Social para a América Latina da Universidade do Texas. Estiveram reunidos participantes de Chile, Peru, México, EUA e Brasil.

Além de promover o desenvolvimento local e solidário, a Escola pretende contribuir também para a redução da pobreza e das desigualdades sociais. Isso se dá na medida em que, por meio das suas atividades, analisa e dissemina a variedade e a densidade de ações sociais bem-sucedidas e aprendizagens existentes no Brasil. É dada imensa importância à divulgação e à potencialização dos conhecimentos e das práticas que apontam caminhos concretos para a redução da pobreza e das desigualdades. A Escola possibilita a consolidação do diálogo e a partilha de idéias de pessoas diferentes, oriundas de lugares e práticas distintas. "É um espaço 'desarmado' e democrático em que o mais importante é garantir a igualdade de oportunidades, para que todos os participantes possam trocar idéias livremente, independentemente de títulos acadêmicos, status social ou funcional", diz Ilka.

Os seminários, oficinas, cursos e fóruns estão abertos gratuitamente a todos os segmentos da

sociedade, visando facilitar o conhecimento mútuo e uma maior proximidade entre todos, além de uma participação efetiva nos debates e nas reflexões. Pessoas vindas de outras cidades recebem uma atenção especial durante sua estada em Olinda, para que percebam os valores de confraternização que a Escola pretende difundir. Para isso, promove eventos, encontros e oficinas - como as refeições coletivas, em que os participantes ajudam a preparar a comida, ou mesmo um passeio pelo centro histórico da cidade. Os participantes costumam ficar hospedados em hotéis e pousadas locais, pois outro objetivo do projeto é dinamizar a economia local.

Outro aspecto importante dessas atividades é que a Escola assume o compromisso de incentivar e financiar, em especial, a participação de pessoas ou entidades com menos recursos materiais. "Por isso a captação de recursos para o nosso trabalho é vital, garantindo a participação gratuita do público interessado", comenta a coordenadora.

O conceito de "escola livre" significa não pretender fazer parte do sistema formal de educação brasileira, ou seja, ela não emite diplomas. Todos são alunos e professores nessa iniciativa. A entidade é um espaço privilegiado para estudos sobre as questões práticas do cotidiano e para avaliação independente de políticas públicas. Possui um enorme acervo composto por documentos, pesquisas, relatórios, vídeos e diversos outros materiais, produzidos sobre temas que envolvem o desenvolvimento solidário, as organizações atuantes e as fontes de financiamento. E o melhor: todos que frequentam a Escola têm acesso livre a esse acervo.

Neste espaço tão cheio de alternativas e informação existem ainda as possibilidades de articulação, construção de alianças e ações conjuntas, ampliadas pelo conhecimento das preocupações de cada um, escutando e debatendo suas propostas. Segundo Ilka, "a Escola está aberta a todos que queiram dialogar e partilhar idéias no campo do desenvolvimento solidário e que estejam realizando ou apoiando ações de interesse verdadeiramente

público".

As pessoas que participam das atividades da Escola são convidadas a se tornarem membros associados e ajudam a elaborar a programação e os eventos. Seguindo o princípio de uma escola livre, quem participa da organização dos seminários, lidera discussões ou contribui para a capacitação de formadores e militantes não recebe remuneração pelas suas atividades. Essa contribuição é entendida como uma doação solidária e serve como contraparte coletiva na busca de fontes de financiamento. Todas as pessoas envolvidas nas atividades da Escola são compreendidas como o "capital cultural e econômico" da entidade.

O projeto conta com o suporte financeiro do Programa Gestão Pública e Cidadania e da Fundação Avina. Também recebe apoio da Fundação Willian and Flora Hewlett e da Fundação Ford para o desenvolvimento de suas atividades e para a manutenção da sua sede. A Escola ainda busca outros colaboradores interessados em ajudar no financiamento de suas atividades, na constituição de um fundo de apoio para viagens e estadia de seus participantes em seus seminários, cursos de capacitação e para manutenção básica de sua sede. A coordenação geral da Escola Livre é feita pelo Programa Gestão Pública e Cidadania da FGV-SP, assim como a responsabilidade de prover base institucional para firmar os convênios e contratos.

A Escola Livre não tem a intenção de se manter restrita à cidade de Olinda, mas reconhece que precisa concentrar todos seus esforços, primeiramente, para implementar e viabilizar o projeto. Pretende tornar-se uma referência regional, nacional e internacional e assumir uma liderança crítica, construtiva e politicamente independente. Ilka diz que "a Escola Livre é também um 'espaço itinerante' de transferência gratuita de conhecimento. Dessa maneira, também poderemos estar na região do semi-árido nordestino, no Amapá e no Maranhão. Tudo é uma questão de perceber qual é a atividade a ser realizada e para que público".

► **Vendas pela Internet ajudam a alavancar economia solidária no país**

Fonte: *Jornal do Brasil* - 31/03/2003

Autora: *Juliana Lanzarini*

A economia solidária ganha mais um novo aliado para a venda de produtos: a internet. Além de ser um espaço de comunicação e de divulgação, a web tem se mostrado também um ótimo meio para a prática da chamada economia solidária no Brasil. Participação de todos os trabalhadores nas decisões da organização, busca pela melhoria das condições sociais da comunidade local e adesão voluntária ao trabalho são algumas das características dos grupos de produção da economia solidária.

Claiton Manfro, da Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Rio Grande do Sul, explica que as cooperativas e associações surgem a partir do desemprego, da violência familiar e da falta de habitação. Não há dados oficiais sobre a quantidade de empreendimentos

nessa área em âmbito nacional, mas no Rio Grande do Sul a estimativa é de que 550 associações e cooperativas geram oportunidades para mais de 30 mil pessoas, oferecendo uma renda média mensal de R\$ 300. "A economia solidária é hoje a alternativa mais importante dentro dos movimentos populares e sindicais para a geração de empregos da população excluída", explica o Secretário Nacional de Economia Solidária, o professor Paul Singer.

Para os militantes da economia solidária, a criação, pelo governo Lula, da Secretaria Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho, foi um grande avanço para o cooperativismo. "Existem linhas de financiamento que estão contribuindo para o fortalecimento da economia solidária no Brasil, visando elevar a renda das populações menos

favorecidas", explica Monalisa Stefani, que inaugura, na próxima quinzena, uma loja de comercialização de produtos da economia solidária, em Curitiba.

O que diferencia essa nova forma de produção daquela empregada no sistema tradicional? A resposta está justamente na maneira como a organização é criada e seus princípios fundamentais. A participação de todos os funcionários na hora de decidir as questões da empresa é uma das principais características dessas organizações, além do compromisso com a comunidade e com o desenvolvimento local. Associações, cooperativas de distribuição e serviços, grupos solidários de produção e trabalho, mutirão e trabalho voluntário são algumas das formas de organização desses grupos.

Lojas de comércio virtual, como a SocialWeb, vendem produtos de organizações não governamentais. No período de agosto de 2004 a fevereiro de 2005, o comércio no varejo realizado pela empresa gerou um rendimento total de R\$ 10.658, destinados às ONGs parceiras. Um aumento de quase 108% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As vendas pela internet, que em 2004 cresceram 30% em relação a 2003, estão conquistando mercado para os produtos da economia solidária. "Essas pessoas decidem comprar porque acreditam no diferencial socioeconômico", explica Alexandre Moraes, coordenador da SocialWeb. Mas é preciso atenção: nem todos os produtos vendidos por grupos solidários e ONGs estão de acordo com a economia solidária.

Paul Singer cita, como exemplos de empreendimentos da chamada economia solidária, as cooperativas de produção, crédito, habitação e seguro saúde, empreendimentos solidários de autogestão, associações, produtores autônomos, banco do povo e clubes de troca. Entre os princípios da economia solidária, ele destaca a valorização social do trabalho humano.

Ainda segundo Singer, a economia solidária é uma organização da atividade produtiva em que o capital pertence aos próprios trabalhadores. "O processo é todo autogestionário. Não há uma pessoa de que imponha as regras de cima para baixo",

explica. Nesse caso, a utilização da internet como forma de revender produtos doados por ONGs não configura um benefício para o novo sistema, mas apenas para a captação de recursos. "Não é qualquer empreendimento que pertence à economia solidária. Se os trabalhadores não participam de todo processo, da administração à decisão do preço, não é economia solidária", conclui Singer.

Para a professora e escritora Rosalvi Monteagudo, a web é um campo que deve ser amplamente explorado pela economia solidária. Ela explica que o e-commerce contribui para a redução da inflação. "Hoje em dia você pode comprar pela internet sem pagar imposto. A economia solidária está percebendo a importância disso. Podemos economizar com loja, pagamento de profissional, pessoas", explica a autora de livros como Economia Solidária; Novas Regras e Autonomia na Organização da iEmpresa.

Segundo Alexandre Moraes, as compras realizadas na SocialWeb são motivadas pela ação social que está por trás dos produtos. "Muitos usuários contam que tiveram sua primeira experiência com e-commerce em nosso site, pois só se sentiram encorajados realizar esse tipo de transação por conta da razão social", conta Moraes.

Dentre os produtos vendidos na SocialWeb estão colares produzidos por cooperativas de trabalho indígena no sul da Bahia que recebem apoio da ONG Care Brasil. "Esse trabalho com os Tupinambás visa o fortalecimento das comunidades indígenas na região", conta Flávia Lang, coordenadora de comércio eletrônico da organização. "Conseguimos vender alguns produtos pela internet. Embora seja um valor ainda reduzido, sabemos que essas pessoas jamais teriam conseguido ter acesso ao produto se não fosse pela rede", revela Flávia.

Os planos da SocialWeb para o próximo ano são ambiciosos. "Estamos desenvolvendo um modelo de leilão virtual de produtos sociais", conta Alexandre, que já atendeu clientes como o HSBC e a Votorantim. "Se alguém pode comprar uma calça do Projeto Renascer ou da Ellus, e as duas têm a mesma qualidade, é preciso ter em mente o diferencial social do produto", conclui.

► **Parceria entre BID e ONGs cria empresa para o comércio solidário**

Fonte: Folha de São Paulo - 01/04/2005

Pequenos produtores do Nordeste ganharão em abril mais uma chance de comercializar seus produtos, quando será oficializada a Ética, mais nova empresa do país voltada ao comércio solidário. Resultado de uma parceria entre o BID e ONGs, a Ética nasce com

um investimento total de US\$ 3 milhões. Na lista dos produtos comercializados pela Ética, figuram artesanato, brinquedos pedagógicos e agricultura orgânica.

► **Coordenação da Via Campesina decide sair do CONSEA**

Fonte: Boletim do Frei Sérgio (frei.sergio@al.rs.gov.br)

A coordenação da Via Campesina decidiu nesta semana se retirar do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Em nota, o representante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no CONSEA, Romário Rossetto, afirmou que a decisão se deu em virtude de acontecimentos recentes. Rossetto mencionou a aprovação da Lei de Biossegurança pelo Congresso Nacional, transformado em um projeto da Monsanto.

"O País vai pagar caro por essa decisão e afetará qualquer projeto de segurança e soberania alimentar em nosso país", afirmou. Além disso, Rossetto se referiu à forma desrespeitosa com que o Governo Lula tem tratado a questão agrária no País, afirmando que a demarcação das terras indígenas, quilombolas e a reforma agrária são tratadas com deboche pelo governo. "Será que o presidente Lula nos enganou ou nós é que nos enganamos com o presidente? É

inconcebível e inaceitável o contingenciamento dos recursos para a Reforma Agrária feitos pelo neoliberal Pallocci, que vira as costas ao povo brasileiro e

prioriza o famigerado e falido agronegócio em detrimento dos camponeses deste país."

► Mulheres quilombolas poderão integrar conselhos rurais de desenvolvimento

Fonte: *Boletim da Cidadania*

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária estima que existam no país mais de 4 mil comunidades quilombolas, formadas por descendentes de ex-escravos. Grande parte das mulheres desses quilombos enfrenta a falta de trabalho e de alternativas para geração de renda. "Vamos partir da experiência dessas mulheres para adequarmos as políticas do governo à sua realidade. Queremos

estimulá-las a integrar os conselhos estaduais e municipais de desenvolvimento rural sustentável", afirma a coordenadora do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Andréa Butto.

Leia a íntegra em:

http://www.cidadania.org.br/conteudo.asp?conteudo_id=4787

► Movimento dos Trabalhadores Desempregados garante contratação de novas vagas

Fonte: *Boletim do Frei Sérgio* (frei.sergio@al.rs.gov.br)

O Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) se reuniu nesta segunda com a Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social após mobilização. O movimento garantiu a assinatura de outras 250 vagas nas frentes emergenciais de trabalho. No entanto, o Governo do Estado deveria

assinar o convênio de 638 vagas. Na semana passada, o MTD conseguiu que o secretário da Fazenda, Paulo Michelucci, assinasse a renovação do contrato de 400 trabalhadores, que por três meses farão a qualificação profissional. A negociação se arrasta desde junho de 2003.

Oportunidades

► MDA vai premiar 50 trabalhos sobre agroecologia

Fonte: *Ministério do Desenvolvimento Agrário* (www.mda.gov.br)

A Secretaria de Agricultura Familiar/SAF do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA e o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural/DATER, estão lançando o CONCURSO NACIONAL DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS SOBRE AGROECOLOGIA E AGRICULTURAS ALTERNATIVAS que vai distribuir um milhão de reais em prêmios para os 50 melhores trabalhos apresentados.

O objetivo do concurso é de identificar o maior número possível de experiências que estejam adotando os princípios da Agroecologia, assim como experiências em agricultura, pecuária, pesca artesanal e aquíicultura, alternativas, que venham sendo implementadas em todo o país, de modo a constituir um acervo sobre estas experiências e um conjunto de referências que possam vir a ser compartilhadas com todos os interessados nestes temas.

Esta iniciativa é parte do Programa Nacional de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares de Produção, lançado dia 15 de fevereiro pelo MDA/SAF que tem por objetivo produzir alimentos limpos, reduzir os danos ao meio ambiente e à saúde das populações e fortalecer a Agricultura Familiar.

Poderão participar deste concurso, organizações governamentais e não governamentais que atuam em Assistência Técnica e Extensão Rural, ou desenvolvam outras ações vinculadas ao desenvolvimento rural. Estas organizações poderão apresentar tantas

experiências quantas desejarem e haverá uma premiação especial para aquelas que apresentarem o maior número de experiências, desde que se enquadrem nas normas do concurso. Serão acolhidas experiências em dois campos específicos e que não concorrerão entre si.

a) Em Agroecologia: aquelas que observem os princípios da Agroecologia como enfoque científico, como está definida na página do DATER (texto Agroecologia: alguns princípios e conceitos), ou,

b) Em agricultura, pecuária, pesca artesanal e/ou aquíicultura, alternativas, ou seja, aquelas atividades que adotem processos de produção ambientalmente amigáveis e tecnologias de base ecológica, independente do enfoque, normas, filosofias e outros aspectos particulares pelos quais se orientem e que as identifiquem com determinada corrente (Agricultura ecológica, orgânica, biológica, natural, biodinâmica, permacultura, manejo de SAF - Sistema Agroflorestal, etc.).

Os trabalhos serão avaliados por técnicos do governo e de organizações não governamentais -ONGs e devem ser entregues na SAF/DATER até o dia 30 de junho de 2005 sendo que os autores dos trabalhos classificados serão notificados até 15 de agosto. Até 15 de setembro deverão estar no DATER os projetos a serem apresentados pelas entidades cujos trabalhos ficaram entre os 50 primeiros colocados.

Os manuais contendo as normas do concurso e outras informações mais detalhadas podem ser acessadas através do site www.pronaf.gov.br ou ainda no endereço a seguir:

Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - Concurso Nacional de Sistematização de Experiências sobre

Agroecologia

Setor Bancário Norte, Quadra 1. Edifício Palácio do Desenvolvimento - 6º andar, sala nº 602 70.057-900 - Brasília - DF

email: dater.formacao@mda.gov.br , Fones: (61) 426-9951 ou 426-9930

▶ Mercados diretos via internet

Autor: Tupi (<http://tupidata.blogspot.com>)

Liga q vale a pena prestar atenção nos sites q funcionam como mercados entre consumidores ("c2c" no dialeto nerd). Tipo Ebay, Craigslist.org, Mercado Livre, uscambau. Como a correria é entre pessoas físicas, maluco paga uma de camelódromo, feira, bazar... o sistema tem custódia de valores e avaliação entre os membros, e cobra apenas sobre as transações efetuadas.

Tipo como no mercado não oficial das ruas e do dia a dia, uma pá de maluco dá fuga de imposto e burocracia corporativa, e desenvolve produtos e serviços sob demanda (artesanato, customização, etc), bem louco. Vai vendo:

<http://ArtesanatoNoML.notlong.com>

<http://RecicladosNoML.notlong.com>

<http://ReciclagemNoML.notlong.com>

<http://www.craigslist.org> ou

<http://saopaulo.craigslist.org>

<http://www.ebay.com>

Liga q o Mercado Livre e o Ebay, tipo uma pá de site de ecommerce (Livraria Cultura, Amazon, Submarino, etc) tb remunera quem indica alguma oferta ou produto. Tipo programa de afiliados. Vai vendo:

<http://www.mercadolivre.com.br/jm/pms?site=261901&id=5482&go=MS>

Daquele jeito.

A revolução não será televisionada!

Fui, nem me viu.

▶ Logomarca para a Economia Solidária

Fonte: Secretaria Executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a Secretaria Nacional de Economia Solidária pretendem lançar este ano uma campanha nacional de divulgação da economia solidária atentando para a importância do consumo consciente/crítico/solidário. Para isso, estamos lançando um pedido rápido e rasteiro: que sejam enviadas criativas propostas de qual poderia ser

a logomarca que representará a Economia Solidária nesta campanha. O prazo é curtíssimo: propostas poderão ser enviadas apenas até este dia 21 de abril!

Portanto divulgue esta mensagem para suas redes, articulações, conhecidos. As regras e demais informações se encontram na página www.fbes.org.br/logos.html.

▶ MDA abre chamada 2005 para projetos de assistência técnica e capacitação de agricultores familiares

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (www.mda.gov.br)

O Ministério do Desenvolvimento Agrário/ MDA, por intermédio da Secretaria da Agricultura Familiar/SAF, no contexto de uma proposta de desenvolvimento rural sustentável, comunica às entidades interessadas a abertura de processo para contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e de Capacitação de Agricultores Familiares e Agentes de Desenvolvimento para o ano de 2005.

Esta ação vem ao encontro das diretrizes propostas pelo Governo Lula e atende à aspiração da sociedade no que diz respeito à implementação transparente das políticas públicas

Este documento de chamada para projetos tem por objetivo estabelecer as condições necessárias e suficientes à seleção de projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural e de Capacitação de Agricultores Familiares e Agentes de Desenvolvimento no contexto da promoção do desenvolvimento rural sustentável, de forma articulada entre organizações de assistências técnica e extensão rural e destas com as organizações de representação dos agricultores

familiares.

A responsabilidade de coordenar a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) é da Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, cuja ação é fundamental para a garantia da produção agropecuária e da geração de trabalho e renda no campo.

Segundo o Diretor do DATER da SAF, Argileu Martins da Silva a concepção desta Política está fundamentada em aspectos básicos para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, articulando recursos humanos e financeiros a partir de parcerias eficazes, solidárias e comprometidas com o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar em todo o território nacional.

"Trata-se de um processo continuado que visa estimular a construção do conhecimento na perspectiva do desenvolvimento humano e a participação cidadã dos atores sociais na transformação da realidade produtiva, ambiental, social e política. O aperfeiçoamento dos processos educativos, respeitando a pluralidade, a diversidade

cultural do país e os diferentes níveis de amadurecimento dos conjuntos de beneficiários, revela-se como instrumento decisivo na promoção do desenvolvimento rural sustentável", afirmou o Diretor do Dater.

Estão definidas as seguintes Ações Prioritárias de Ater e Capacitação a serem contempladas pelos projetos concorrentes: "Agroecologia e Transição para Agriculturas de Base Ecológica; Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, Manejo Sustentável de Uso Múltiplo, Manejo Comunitário Participativo e Sistemas Agroflorestais; Redes de Ater/Capacitação; Ater em Arranjos Produtivos Locais/Cadeias Produtivas; Agroindustrialização da Produção dos Agricultores Familiares; Atividades não Agrícolas no Meio Rural; Atividades Inovadoras de Assistência Técnica e Extensão Rural; Comercialização e

Mercados; Mulheres Agricultoras; e Educação de Jovens Rurais como Agentes de Desenvolvimento Sustentável".

A chamada para projetos 2005, "Apoio Financeiro a Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural e Capacitação de Agricultores Familiares e Agentes de Desenvolvimento", em sua versão integral, encontra-se à disposição dos interessados, com livre acesso pela internet, no endereço eletrônico www.pronaf.gov.br. A cópia física desta chamada poderá ser adquirida na sede da Secretaria da Agricultura Familiar - SAF, no seguinte endereço: SBN Qd. 01 Bloco "D" Ed. Palácio do Desenvolvimento, 6º Sala 604, Brasília - DF, CEP 70.057-900, telefones (0xx61) 426-9914, 426-9928, 426-9933 e 426-9934 ou pelo fax (0xx61) 328-8953.

► Espaços para a Feira da Providência 2005

Fonte: José Eduardo Gonçalves

O Banco da Providência, por intermédio de seu setor de eventos, começa a divulgar e comercializar os espaços para a 44a. edição da FEIRA DA PROVIDÊNCIA de 2005 que será realizada no Rio Centro entre os dias 1 a 11 de dezembro de 2005. As ONGS, terão um preço especial no setor para divulgação e a grande novidade de termos agora DOIS

FINAIS de SEMANA para realização do evento(11 dias)...

Em 2004 tivemos mais de 250 mil visitantes em 5 dias de evento !!! Entre em contato como nosso representante José Eduardo Gonçalves:

e-mail: jjdudubr@yahoo.com.br , cel: (21) 9625-4502

► Banco do Brasil terá linha de crédito para expandir plantio de florestas

Fonte: Lana Cristina/Radiobrás

O Banco do Brasil vai oferecer uma linha de crédito para expandir o plantio de florestas destinadas ao uso industrial. É o BB Florestal, programa que reúne linhas já existentes e recursos novos. Segundo o vice-presidente de Agronegócios do Banco, Ricardo Conceição, o BB destinará R\$ 225 milhões ao longo dos próximos cinco anos.

Os produtores, empresariais ou familiares, terão de quatro a dez anos de carência para começar a

pagar. O banco, acrescentou Conceição, vai financiar o plantio de florestas comerciais e também de árvores destinadas à formação de reserva legal. A taxa de juros anual do financiamento será de 4% ou de 8,75%, dependendo da característica da unidade produtiva. O crédito já está disponível nas agências, de acordo com Conceição, que anunciou o programa no dia 30 de março, no evento que comemorou os 100 anos de silvicultura no Brasil, promovido pela Associação Brasileira de Florestas Plantadas.

► Prêmios CITURDES

Fonte: Dora Sugimoto (dora.sugimoto@mma.gov.br)

Temos a alegria de anunciar o lançamento da primeira circular (convocatória) e segunda circular "Prêmios CITURDES" do V CITURDES (Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável).

Mais informações: www.ufsm.br/turismorural

► Livros para baixar integralmente da internet

Consulte a página abaixo para baixar gratuitamente os livros que interessarem:

Sobre comunicação e mídia:

<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/biblioteca/index.asp>

Cartilhas e livros ambientais:

<http://www.ecoterrabrasil.com.br/home/index.php?pg=biblioteca>

Aconteceu

▶ Seminário da SENAES sobre o Mapeamento da Economia Solidária e encontro do GT de Mapeamento da Economia Solidária

Data: 30 e 31 de março

Local: Brasília/DF

▶ Reunião do GT de Produção, Comercialização e Consumo da Economia Solidária

Data: 04 e 05 de abril

Local: Brasília/DF

▶ Reunião do GT de Comunicação da Economia Solidária

Data: 04 e 05 de abril

Local: Brasília/DF

▶ Reunião da Comissão de Acompanhamento do FBES

A Comissão de Acompanhamento do FBES esteve reunida em Brasília entre os dias 6 e 8 de abril para encaminhar as seguintes atividades:

- Reunião com a SENAES e a secretaria executiva para: avaliação das atividades da SENAES e do FBES em 2004; deliberar sobre o orçamento da SENAES destinado ao FBES de acordo com as deliberações da

última reunião do Conselho Interlocutor do FBES e do plano de ação para 2005 da SENAES;

- Reunião junto à secretaria executiva para: avaliar os trabalhos da secretaria executiva; delinear a primeira proposta de um Regimento Interno para o Fórum; e definir a pauta e programação da próxima reunião da Coordenação Nacional.

▶ I Seminário do Fórum Goiano de Economia Solidária

Fonte: forumgoianoecosol@bol.com.br

Data: 09/04/05

Local: Centro de Pastoral Dom Antônio - Goiânia/GO

▶ Evento discute a contribuição de mulheres na Economia Solidária

Fonte: Glória Carvalho (caritace.eps@fortalnet.com.br)

A Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza realizou nos dias 1 e 2 de abril o encontro "A Economia Popular Solidária e as Mulheres". O evento objetivou refletir a Contribuição das Mulheres na Construção e Fortalecimento da Economia Popular Solidária (EPS) e aconteceu no SESC Iparana, em Caucaia. Participaram do evento cerca de 30 mulheres e homens integrantes

de grupos produtivos acompanhados pela Cáritas Arquidiocesana, além de representantes de redes, fóruns e entidades parceiras.

Mais informações: Cristina Gusmão [(85) 3231.8826 - 8868.9881]
ou Glória Carvalho [(85) 3231.4783 - 9171.6762]

▶ Festival Software Livre da Bahia

Fonte: Diogo Almeida/BanSol (diogofar@yahoo.com.br)

O impacto da tecnologia na vida moderna: a informática pode ser usada como instrumento para geração de riquezas e diminuição dos abismos sociais? Para tratar desse assunto aconteceu, nos dias 08, 09 e 10 de abril, na Faculdade de Arquitetura da

Universidade Federal da Bahia, em Salvador, o II Festival Software Livre da Bahia. O evento também discutiu a relação do Software Livre com a Economia Solidária, apresentando oficinas, feira e estande sobre o tema, consolidando a união entre estes movimentos.

Reflexões

▶ Economia "masculina" ou "feminina"?

Fonte: Folha Opinião - 30 de março de 2005

Autor@s: Rose Marie Muraro e Marcos Arruda

Na pré-história as pessoas faziam trocas diretamente, sem necessidade de dinheiro ou de um padrão que as balizasse. Isso era o escambo. Nessas transações ninguém perdia. Era uma matemática do ganha/ganha. A invenção da moeda trouxe a compra e a venda. E o lucro surgiu quando foi possível vender um produto por um valor acima dos custos da sua produção. A moeda foi por muito tempo apenas meio

de troca e símbolo do trabalho realizado para trazer o produto ao comprador. Quando ela ganhou um preço -os juros-, passou a ser também reserva de valor, funcionando como mercadoria que se compra e se vende.

Era o início da matemática do perde/ ganha: para um ganhar, o outro tinha que perder. Essa veio a ser a

matemática econômica dos últimos 5.000 anos. Desse modo se explica a riqueza de umas nações em detrimento de outras e a de um indivíduo em detrimento de outros. Não era mais a matemática em que ambas as partes atribuíam o mesmo valor a um produto, mas aquela cujo valor era atribuído por quem tivesse maior capacidade de barganha. Esse tipo de troca perde/ganha gerou o mercado competitivo e as suas complexidades, a concentração de riquezas na mão de cada vez menos pessoas e o empobrecimento de cada vez mais pessoas. Isso acabou dando no que se chama globalização.

Ora, esse segundo tipo de matemática está levando o mundo a um terrível jogo de perde/perde: em médio prazo todos acabam perdendo. E a ganância dos que querem ganhar cada vez mais, na medida em que vão lucrando, leva a esse jogo terrível e mortal, porque, colocando o lucro como valor único, não se importam com a destruição de comunidades inteiras e do meio ambiente.

O exemplo máximo é o que está acontecendo com a natureza: ela já perdeu 30% da sua capacidade de regeneração, segundo a ONU, devido ao excesso de uso dos seus recursos. E, se os países em busca de lucro continuarem a despejar toneladas de CO₂ na atmosfera no ritmo atual, de acordo com o biólogo Robert Watson, isso levará o nível do mar a continuar crescendo por mais 2.000 anos ("Jornal do Brasil", 23/11/00).

Então, o caminho capaz de reverter esse processo perde/perde seria o da volta da matemática do ganha/ganha, recentrando a economia nos valores humanos em vez de nos lucros. Se os valores femininos são os da cooperação e da proteção à vida -o ganha/ganha-, e os masculinos os da competição e da busca do lucro a qualquer preço -o perde/ganha e o perde/perde-, ver-se-á que a pré-história encarna os valores femininos, e o período histórico, os masculinos. E como seria a matemática do ganha/ganha no século 21? Dois exemplos do que já está sendo feito poderão nos dar uma idéia.

O lucro surgiu quando foi possível vender um produto por um valor acima dos custos da sua produção

O primeiro são as feiras de troca, já existentes pelo menos em 60 países. E a mais interessante foi a da Argentina, na época da crise aguda de 2002-2003. Nesses dois anos, essas feiras atraíram quase 5 milhões de pessoas empobrecidas que trocavam entre

si mercadorias e serviços sem precisar da moeda nacional -o peso-, porque usavam como meio de troca uma moeda complementar -o crédito-, criada coletivamente e feita em computador. Nesse sistema não há interesse em acumular moeda justamente porque ela não é reserva de valor, associada a uma taxa de juros. Desse modo, tirou-se do mercado competitivo cerca de US\$ 2 bilhões, ao mesmo tempo em que se permitiu que os pobres trocassem alimentos, serviços e outros bens entre si sem gastar pesos.

Outro exemplo: uma firma paulista da área agroquímica, muito endividada, decidiu apostar nos seus funcionários, investindo no aumento da remuneração, na saúde, no lazer e, principalmente, na democratização do capital. Assim, ela conseguiu reverter a sua situação econômica e alcançar um grande desenvolvimento, compartilhado por todos. E hoje já existe um número cada vez maior de firmas desse tipo. Nos Estados Unidos, firmas geridas desse modo, conduzidas por homens ou por mulheres, cresceram numa década 129%, ao passo que outras, geridas pelo modelo perde/ganha, só 85%.

Na Índia, o Coletivo de Mulheres de Tamil Nadu vem gerindo solidariamente as finanças, a produção e o consumo. O mesmo fazem cerca de 2 bilhões de habitantes do planeta ainda não monetizados, segundo a economista americana Hazel Henderson. Ainda segundo ela, se todo esse trabalho não monetizado fosse computado no PIB mundial, acresceria um valor estimado em US\$ 16 trilhões (Folha, 27/8/04).

Vários países já estão tentando colocar nas suas contas nacionais valores humanos em vez de agregados macroeconômicos abstratos, reduzindo assim os seus déficits e os transformando em superávits, como fizeram os EUA no governo Clinton, o Canadá e a Suíça. O presidente Lula está tentando tirar do superávit primário os investimentos em infraestrutura, o que humanizaria muito as nossas contas nacionais.

Quanto mais países tirarem os investimentos da reserva dedicada aos juros, mesmo à revelia do FMI, mais chances haverá de chegarmos a um ganha/ganha e revertermos o processo de destruição do planeta.

Rose Marie Muraro, 74, editora e escritora, é membro fundadora do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Marcos Arruda, 64, economista, é diretor do Instituto para Políticas Alternativas para o Cone Sul.

► O jornal mais importante é o da comunidade

fonte: observatório da imprensa (<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/>)

Autora: Ivani Cunha (Jornalista)

As pessoas acostumadas a ler jornais diários, e mesmo aquelas que os folheiam ocasionalmente, podem falar sobre a impressão de que, naquelas páginas, faltam muitos assuntos de interesse real da população. É que a maioria desses jornais, inclusive os chamados "populares", está muito voltada para os temas nacionais e internacionais, o noticiário sobre as celebridades da TV, a cobertura do esporte e da violência. Reportagens, notas e comentários dessas

áreas aparecem com poucas variações nesses jornais. Grande parte desse material é fornecida pelas agências de notícias, e o restante produzido pelos repórteres das publicações específicas com base nas mesmas pautas ou roteiros, como se fosse tudo combinado entre os editores.

Para o caso do grande volume de matérias enviadas por agências, sabe-se que esse recurso diminui o custo de produção do jornal. Já as matérias

locais parecidas ou iguais são produzidas com inspiração no noticiário de rádio, da TV e da internet. Os repórteres, muitas vezes, apenas dão continuidade aos temas levantados por esses meios, que oferecem (há quem escreva "disponibilizam") a informação praticamente em cima do acontecimento.

Além disso, os jornais têm que trabalhar depressa para fechar as edições num horário que possibilite a sua presença nas bancas mais distantes do estado ou do país antes de o Sol nascer. Portanto, fica muito difícil seguir o conselho de Ricardo Noblat no livro de sua autoria, *A arte de se fazer um jornal diário* (Editora Contexto). Os jornais devem se esforçar para explicar os fatos em vez de continuar insistindo apenas em contar o que aconteceu no dia anterior (até o início da noite, pois o deadline está cada vez mais apertado), porque as pessoas já sabem quase tudo ou os fatos mais importantes, que foram transmitidos por outros meios.

O tempo que se gasta para escolher os temas, buscar a informação, redigir os textos e editar um jornal diário não é o único problema. Sabe-se que as redações não contam, atualmente, com um número de jornalistas experientes que possa garantir a rápida produção de matérias analíticas sequer sobre os principais temas do dia. No caso de reportagens investigativas ou exclusivas há o problema do custo, até porque devem ser feitas por repórteres especiais, que ficam por conta desse trabalho durante dias, às vezes semanas ou meses.

Alerta aos aventureiros

Por causa desses empecilhos, os jornais diários, em geral, parecem não dar importância à proposta de oferecer edições que expliquem os fatos. Alguns se limitam a comentar a notícia em poucas linhas. Leitores mais exigentes, que paralelamente assistem à TV, ouvem rádio ou usam a internet, percebem isso e já procuram publicações que atendam mais a seus interesses. Estão prestando também mais atenção nos jornais de suas comunidades, porque ali encontram a informação que os grandes jornais ignoram ao insistirem na mesmice das coberturas.

As pessoas que não têm acesso aos jornais, por causa do dinheiro que teriam de desembolsar ou por outros motivos, constituem a grande massa potencial de leitura dos jornais comunitários, que podem ser vendidos a preço mais em conta ou até distribuídos gratuitamente, dependendo de patrocínios e parcerias. Tais publicações, quando são bem feitas, falam a linguagem dos leitores e atendem diretamente a seus interesses. Uma coisa puxa a outra e, da mesma forma, as empresas instaladas no universo em que circulam esses jornais também acabam se convencendo de que essas publicações merecem patrocínio e parceria.

Mas não se enganem os aventureiros, pois os empresários escolhem com rigor o espaço para anunciar seus negócios. A possibilidade de contar com esse apoio, de fundamental importância para um jornal, é mais uma razão para se fazer jornalismo de qualidade, capaz de informar, entreter e contribuir para a formação dos leitores.

► As mulheres do Kerala contra a Coca-Cola

Fonte: Le Monde Diplomatique (Trad.: Fábio de Castro)

*Autora: Vandana Shiva**

Na Índia, um movimento composto majoritariamente de mulheres impõe derrotas à gigante dos refrigerantes, que explora lençóis freáticos, polui rios e terras e oferece bebida com pesticidas

As usinas da Coca-Cola lançam dejetos tóxicos que ameaçam o meio ambiente e a saúde pública

Expulsa em 1977 pelo governo, a Coca-Cola voltou à Índia em 23 de outubro de 1993, ao mesmo tempo em que outra multinacional norte-americana, Pepsi-Cola, instalava-se no país. As duas empresas possuem atualmente noventa "usinas de engarrafamento", que são na realidade nada mais que "usinas de bombeamento": 52 unidades pertencem à Coca-Cola e 38 à Pepsi-Cola. Cada uma delas extrai entre 1 milhão e 1,5 milhão de litros de água por dia.

Justamente em razão de seus procedimentos de fabricação, estes refrigerantes apresentam riscos incontroláveis. Primeiro porque o bombeamento dos lençóis praticado por suas usinas de engarrafamento despoja os pobres do direito fundamental de dispor de água potável. Depois, porque estas usinas lançam dejetos tóxicos que ameaçam o meio ambiente e a saúde pública. Finalmente, porque as sodas são bebidas notoriamente perigosas para a saúde - o Parlamento indiano estabeleceu uma comissão parlamentar mista encarregada de investigar a

presença de resíduos de pesticidas.

Exploração poluidora

Durante mais de um ano, mulheres das tribos de Plachimada, no distrito de Palaghat, no Kerala, organizaram uma série de sit-in para protestar contra a secagem dos lençóis freáticos pela Coca-Cola. "Os habitantes", escreve Virender Kumar, jornalista do diário Mathrubhumi, "levam sobre a cabeça pesadas cargas de água potável que eles precisam buscar longe, enquanto caminhões cheios de refrigerantes saem da usina da Coca¹". Esta usina bombeia um milhão de litros d'água por dia e às vezes mais. As mulheres são obrigadas a percorrer de cinco a seis quilômetros para buscar água potável, enquanto, ao mesmo tempo, vêm sair da usina entre oito e nove caminhões carregados de refrigerantes. São necessários nove litros de água potável para se fazer um litro de Coca.

As mulheres adivasi² de Plachimada começaram seu movimento logo depois da abertura da usina de Coca-Cola, cuja produção deveria atingir, em março de 2000, 1.224.000 garrafas de Coca-Cola, Fanta, Sprite, Limca, Thums up, Kinley Soda e Maaza. O panchayat local³ havia concedido, sob algumas condições, a autorização para extrair a água com o auxílio de bombas motorizadas. Mas a multinacional se pôs a extrair, em completa ilegalidade, milhões de litros de

água pura em mais de seis poços perfurados por sua conta e equipados com bombas elétricas, ultra-potentes. O nível dos lençóis freáticos baixou drasticamente, passando de 45 metros para 150 metros de profundidade.

Não contente em roubar a água da coletividade, a Coca-Cola poluiu o pouco que restou, despejando as águas emporcalhadas nas perfurações a seco feitas em suas instalações para enterrar os dejetos sólidos. Antes, a empresa depositava os dejetos do lado de fora, embora, na estação das chuvas, sua disseminação nos arrozais, nos canais e nos poços constituísse uma ameaça das mais sérias para a saúde pública. Não é mais o caso atualmente. Mas a contaminação das fontes aquíferas não é menos grave.

Fábrica de doenças

Essas práticas resultaram na secagem de 260 poços, cuja escavação tinha sido garantida pelas autoridades para servir às necessidades de água potável e para a irrigação agrícola. Nesta região do Kerala - chamada "celeiro de arroz", em razão de um rico ecossistema dotado de água abundante - os rendimentos agrícolas diminuíram 10%. O cúmulo é que a Coca-Cola redistribuiu aos camponeses, sob forma de esterco, os dejetos tóxicos produzidos por sua usina. Os testes efetuados, no entanto, mostraram que este esterco tem um forte teor de cádmio e de chumbo, substâncias cancerígenas.

Representantes de tribos e de camponeses denunciaram então a contaminação das reservas aquíferas e das fontes, além das perfurações efetuadas a torto e a direito que comprometeram gravemente as colheitas. Eles reivindicaram principalmente a proteção das fontes de água potável tradicional, dos mangues e mananciais, a manutenção das vias navegáveis e dos canais, o racionamento da água potável. Intimada a se explicar sobre seus procedimentos, a Coca-Cola se recusou a fornecer ao panchayat as explicações requeridas. Em consequência, este último a notificou da suspensão de sua licença de exploração. De imediato, a multinacional tentou comprar o presidente da comissão, Anil Krishnan, oferecendo a ele 300 milhões de rúpias. Em vão.

Todavia, se o panchayat retirou dela a licença de exploração, o governo do Kerala continuou a proteger a empresa. E, além disso, destina a ela cerca de 2 milhões de rúpias (36 mil euros) a título de subvenção à política industrial regional. Em todos os Estados onde têm usinas, a Pepsi e a Coca conseguem auxílios similares. Tudo isto para bebidas que têm um valor nutricional nulo, em comparação às bebidas indianas tradicionais (nimbu pani, lassi, panna, sattu...).

O impacto sobre a cadeia alimentar

Ademais, para confeccionar um xarope rico em açúcar, as empresas utilizam o milho, cuja produção já tem 30% destinados para servir de matéria-prima na fabricação industrial de alimentos para gado e de frutose. Isso diminui a quantidade para o consumo humano e, na realidade, priva os pobres de um produto de base essencial, com baixo preço. Em contrapartida, a substituição de edulcorantes extraídos

da cana-de-açúcar, como o gur e o khandsari, lesa os paisanos a quem estes produtos garantiam rendas e meios de subsistência. Em suma, a Coca-Cola e a Pepsi-Cola têm sobre a cadeia alimentar e a economia um impacto enorme, que não se resume ao conteúdo de suas garrafas.

Em 2003, as autoridades sanitárias do distrito informaram aos habitantes de Plachimada que a poluição da água a tornava imprópria ao consumo. As mulheres já o sabiam há algum tempo e foram as primeiras a denunciar essa "hidropirataria" durante um dharna (sit-in) diante dos portões da empresa.

Seduzido pela iniciativa das mulheres adivasi, o movimento desencadeou nos planos nacional e mundial uma onda de energias solidárias. Sob a pressão desse movimento cada vez mais poderoso e da seca que ainda veio agravar a crise da água, o chefe do governo do Kerala ordenou enfim, no dia 17 de fevereiro de 2004, o fechamento da usina da Coca-Cola. As alianças arco-íris forjadas no início entre as mulheres da região terminaram por englobar o conjunto do panchayat. Por sua vez, o panchayat de Perumatty (no Kerala) registrou no supremo tribunal do Kerala uma queixa contra a multinacional, em nome do interesse público.

Nas mãos do Estado

No dia 16 de dezembro de 2003, o juiz Balakrishnana Nair ordenou que a Coca-Cola cessasse os bombeamentos piratas no lençol de Plachimada. Os autos do julgamento valem tanto quanto a decisão em si mesma. De fato, o juiz especificou: "A doutrina da confiança pública repousa antes de mais nada sobre o princípio tácito de que certos recursos como o ar, a água do mar, as florestas têm para a população em sua totalidade uma importância tão grande que seria totalmente injustificado fazer delas objeto da propriedade privada. Os mencionados recursos são um dom da natureza e deveriam ser gratuitamente colocados à disposição de cada um, seja qual for sua posição social. Já que esta doutrina impõe ao governo a proteção destes recursos de tal maneira que todo mundo possa deles tirar proveito, ele não pode autorizar que eles sejam utilizados por proprietários privados ou para fins comerciais [...]. Todos os cidadãos sem exceção são beneficiários das costas, dos cursos d'água, do ar, das florestas, das terras frágeis de um ponto de vista ecológico. Enquanto administrador, o Estado tem por lei o dever de proteger os recursos naturais que não podem ser transferidos à propriedade privada".

Em suma: a água é um bem público. O Estado e suas diversas administrações têm o dever de proteger os lençóis freáticos contra uma exploração excessiva e, nesta questão, sua inação é uma violação do direito à vida garantido pelo artigo 21 da Constituição indiana. A Corte Suprema sempre afirmou que o direito de gozar de água e de ar não poluídos é parte integrante do direito à vida definido nesse artigo. Em outras palavras, mesmo na falta de uma lei que regulasse especificamente a utilização dos lençóis freáticos, o panchayat e o Estado teriam de se opor à superexploração destas reservas subterrâneas. E o direito de propriedade da Coca-Cola não se estende

aos lençóis situados sob as terras que lhe pertencem. Ninguém tem o direito de deles arrogar-se uma grande parte, nem o governo tem qualquer poder para autorizar que entidades privadas extraiam esta água em tais quantidades. Daí as duas ordens emitidas pelo tribunal: a Coca-Cola cessará de bombear a água para seu uso num prazo de um mês em dias corridos; o panchayat e o Estado garantirão que, passado este prazo, a decisão será aplicada.

Estudo mostra que 60% dos produtos alimentares vendidos são contaminados por pesticidas

A revolta das mulheres, que são o coração e alma do movimento, foi repercutida por juristas, parlamentares, cientistas, escritores... O movimento se estende a outras regiões onde a Coca e a Pepsi bombeiam reservas aquíferas em detrimento dos habitantes. Em Jaipur, a capital do Rajahstan, depois da abertura da usina da Coca-Cola em 1999, o nível dos lençóis passou de 12 metros para 37,5 metros de profundidade. Em Mehdiganj, uma localidade situada a 20 quilômetros da cidade santa de Varanasi (Benares), ele se aprofundou em 12 metros e os campos cultivados em torno da usina estão desde então poluídos. Em Singhchaner, uma aldeia do distrito de Ballia (a leste do Utar Pradesh), a unidade da Coca-Cola poluiu por um longo período as águas e as terras. Em todo lugar o protesto se organiza. Mas é preciso notar que, com cada vez mais frequência, as autoridades públicas respondem às manifestações com violência. Em Japiur, por exemplo, a célebre ativista gandhiana Siddharaj Dodda foi presa em outubro de 2004 por ter participado de uma marcha pacífica exigindo o fechamento da usina.

Veneno engarrafado

À secagem dos poços, acrescentam-se os riscos de contaminação por pesticidas. O tribunal supremo do Rajahstan proibiu a venda de bebidas produzidas pela Coca e pela Pepsi, pois estas se recusaram a detalhar uma lista de componentes, enquanto estudos mostraram que elas continham pesticidas perigosos para a saúde⁴. As duas gigantes levaram o caso diante da Suprema Corte da Índia, mas ela rejeitou o apelo e seguiu o tribunal do Rajahstan, ordenando a publicação da composição precisa dos produtos fabricados pela Pepsi e pela Coca. Por hora, essas bebidas permanecem proibidas nesta região.

Um estudo feito em 1999 pelo All India Coordinated Research Project on Pesticide Residue (AICRP) mostrou que 60% dos produtos alimentares vendidos no mercado estavam contaminados por pesticidas e que 14% entre eles continham doses superiores ao máximo autorizado. Tal constatação põe em questão o mito arraigado de que as multinacionais privilegiam a segurança e a confiabilidade, dando-lhes uma confiança recusada ao setor público e às autoridades locais. Este preconceito elitista contra a administração pública dos bens e dos serviços contribuiu para a aceitação da privatização da água. Na Índia, como em outros lugares do mundo, este recurso ao privado não permite que se forneça uma

água de qualidade a um preço viável.

A batalha contra o roubo da água não diz respeito apenas à Índia: Democracia da água

No dia 20 de janeiro de 2005, em toda a Índia, correntes humanas se formaram em torno de todas as usinas da Coca-Cola e da Pepsi-Cola. Tribunais populares notificaram aos "hidropiratas" a ordem de deixar o país. O caso de Plachimada prova que o poder do povo pode se impor sobre o das empresas privadas. Os movimentos pela preservação da água vão bem além. Eles dizem respeito também às barragens - e os planos de um grande projeto de ligação fluvial que prevêem o desvio do curso de todos os rios da península indiana suscitam uma oposição crescente⁵. Eles denunciam as privatizações encorajadas pelo Banco Mundial e a privatização do fornecimento de água em Delhi⁶. É preciso notar que a pilhagem não poderia acontecer sem a ajuda de Estados centralizadores e corporativistas.

Esta batalha contra o roubo da água não diz respeito apenas à Índia. A superexploração dos lençóis freáticos e os grandes projetos de desvio de cursos d'água batem de frente com a preservação da Terra em sua totalidade. Para se ter uma idéia da questão, é preciso saber que se cada parte do planeta recebesse o mesmo nível de precipitações, na mesma frequência e segundo o mesmo esquema, as mesmas plantas cresceriam em toda a Terra e encontraríamos em todos os lugares as mesmas espécies de animais. O planeta é feito de diversidade. O ciclo hidrológico dos planetas é uma democracia da água - um sistema de distribuição para todas as espécies vivas. Sem democracia da água, não pode haver vida democrática.

* Diretora da *Research Foundation for Science, Technogloy and Ecology* (Índia), autora de *A Guerra da Água*, L'Aventurine, Paris, 2003 e de *A Vida não é uma Mercadoria*, L'Atelier, Paris, 2004.

Notas:

¹ - Virender Kumar, "carta aberta ao chefe de governo", Mathrubhumi, Thiruvananthapuram (Kerala), 10 de março de 2003.

² - O termo "adivasi" designa as tribos autóctones, nas quais o sistema de castas não é válido.

³ - Conselho que exerce a autoridade no âmbito da aldeia.

⁴ - As bebidas continham diversos pesticidas, entre os quais o DDT. A comissão do governo concluiu que estes resíduos estavam "no limite das normas" aceitas na Índia. Nas garrafas de Coca ou de Pepsi consumidas nos Estados Unidos ou na Europa não se encontra nenhum traço de pesticidas.

⁵ - Arundhati Roy, *O Custo da Vida*, Gallimard, Paris, 1999.

⁶ - Para a extração das águas, o canteiro de obras foi confiado à Degremont, filial do grupo Suez. Em Delhi, os preços da água se multiplicaram por dez nos últimos anos.